

BRASIL E ESTADOS UNIDOS: UMA ANÁLISE DA DEMONSTRAÇÃO DE PODER DA HEGEMONIA NORTE-AMERICANA ATRAVÉS DO GOLPE DE 1964

Amanda de Arcega Innocente¹

Resumo: O presente artigo tem como objetivo a análise da evolução e manutenção da hegemonia dos Estados Unidos na América Latina, através dos recursos de intervenção. Nesse sentido, o presente artigo apresentará um caso de intervenção através do apoio ao Golpe Militar de 1964, no Brasil. A fim de garantir os resultados desejados da análise, o presente artigo revisa bibliografias sobre os conceitos de hegemonia, concentrando-se em quatro autores que abordam diferentes perspectivas, sendo eles, Giovanni Arrighi e Immanuel Wallerstein, através da perspectiva econômica, Joseph Nye Jr. sob o panorama de liderança através dos conceitos de *hard power* e *soft power*, e Cristina Sorenu Pecequilo, através de uma análise histórica sobre a hegemonia dos Estados Unidos. O artigo foi dividido em três seções, sendo a primeira seção focada em compreender o conceito de hegemonia, a segunda seção faz uma breve análise histórica da evolução da hegemonia dos Estados Unidos na América Latina e como ocorreu a efetivação dessa hegemonia, por fim, a terceira seção aborda a intervenção dos Estados Unidos no Golpe Militar de 1964, no Brasil, como demonstração de seu poder hegemônico. Por fim, o artigo apontará nas considerações finais a forma pela qual os Estados Unidos utilizaram os recursos provenientes de seu status hegemônico para intervir em uma potência soberana, a fim de fazer a manutenção das suas zonas de influência e assegurar a defesa de seus interesses nacionais.

Palavras-chave: Hegemonia. Estados Unidos. Brasil. Golpe de 1964.

BRAZIL AND THE UNITED STATES: AN ANALYSIS OF THE DEMONSTRATION OF POWER OF NORTH AMERICAN HEGEMONY THROUGH THE 1964 COUP

Abstract: This article aims to analyze the evolution and maintenance of United States hegemony in Latin America, through intervention resources. In this sense, this article will present a case of intervention through support for the 1964 Military Coup in Brazil. In order to

¹ Acadêmica do curso de Relações Internacionais da Universidade do Sul de Santa Catarina – Unisul. E-mail: amandainnocente@hotmail.com. Artigo apresentado como requisito para a conclusão do curso de Graduação em Relações Internacionais da Unisul. Ano 2023. Orientador: Prof. Dr. Luciano Daudt da Rocha.

guarantee the desired results of the analysis, this article reviews bibliographies on the concepts of hegemony, focusing on four authors who approach different perspectives, namely Giovanni Arrighi and Immanuel Wallerstein, through the economic perspective, Joseph Nye Jr. under the leadership panorama through the concepts of hard power and soft power, and Cristina Sorenu Pecequilo, through a historical analysis of the United States hegemony. The article was divided into three sections, the first section focused on understanding the concept of hegemony, the second section will provide a brief historical analysis of the evolution of United States hegemony in Latin America and how this hegemony came to fruition, finally, the third section will address the intervention of the United States in the 1964 Military Coup in Brazil, as a demonstration of its hegemonic power. Finally, the article will point out in the final considerations the way in which the United States used the resources arising from its hegemonic status to intervene in a sovereign power, in order to maintain its zones of influence and ensure the defense of its national interests

Keywords: Hegemony. United States. Brazil. 1964 Coup.

1 INTRODUÇÃO

Para alguns autores, a relação entre os Estados Unidos e a América Latina começou de maneira promissora, principalmente quando analisadas sob a perspectiva de que todas as nações americanas foram colônias, incitando um sentimento de semelhança entre as nações do sul e do norte. A influência dos Estados Unidos na América Latina é antiga e, segundo Silva (2016), pode ser observada desde a conquista da sua independência, em 1776, quando provocou nos demais países americanos o sentimento de encorajamento e anticolonialismo que posteriormente levaram a movimentos independentistas, e durante XIX quando a maioria dos países latinos já haviam substituído a Inglaterra como principal parceiro comercial. No entanto, a relação dos Estados Unidos com os países latinos se desdobra predominantemente em períodos de mal-estar e intervenções diretas e indiretas. Ainda assim, as nações mantiveram relações ao longo dos anos, atingindo o ápice durante o período da Guerra Fria e se estendendo até a atualidade em maior ou menor escala (SILVA, 2016).

As diferenças entre os processos de colonização, onde os países latinos compreendiam uma extensa variedade de recursos naturais e econômicos, despertou nos Estados Unidos o sentimento de “heroísmo”, pois se convenceram que os países latinos não conseguiriam se desenvolver sozinhos. As diferenças nos processos de colonização também geraram visões

diferentes sobre seu lugar na política internacional, onde os Estados Unidos se projetaram como o protagonista e policymaker, enquanto as nações latinas fundamentavam suas ações de política externa na luta pela estabilidade nacional. No entanto, embora reconhecessem a América Latina como uma região de oportunidades para consolidar sua zona de influência no hemisfério ocidental, os Estados Unidos não possuíam um plano de ação direcionado às nações latinas até pelo menos o final da Primeira Guerra Mundial (TULCHIN, 2016).

Nesse sentido, o presente artigo tem como objetivo analisar a evolução da hegemonia dos Estados Unidos na América Latina através da leitura do livro “Estados Unidos x América Latina: uma relação turbulenta” de Joseph S. Tulchin e demonstrar um caso intervenção da hegemonia estadunidense por meio do Golpe de 1964 no Brasil. A fim de compreender e demonstrar a intervenção dos Estados Unidos, o presente artigo recuperou e baseou a análise no documentário “O dia que durou 21 anos”, dirigido por Camilo Tavares. Além disso, conceituou-se hegemonia através de três perspectivas, sendo elas: a visão econômica de Wallerstein – pelo Sistema-Mundo – e Arrighi – utilizando conceitos de Gramsci –, as noções de Joseph Nye. Jr. e a análise histórica de Cristina Soreanu Pecequilo. Sendo assim, para conduzir a análise, o presente artigo foi dividido em três seções. A primeira seção abordará sumariamente o conceito de hegemonia sob a perspectiva de quatro teóricos, analisando como as teorias se aplicam ao contexto estadunidense de hegemonia. A Segunda seção fará uma breve análise da evolução da hegemonia dos Estados Unidos na América Latina até a década de 1960 e buscará compreender como ocorreu a efetivação dessa hegemonia. A terceira seção, por fim, observará a intervenção dos Estados Unidos na política brasileira no período de 1961 a 1964 que culminou no Golpe Militar no ano de 1964, demonstrando a intervenção de uma potência hegemônica sobre um país latino. Nas considerações finais, o artigo apontará como os Estados Unidos utilizaram os recursos de uma potência hegemônica para atingir seus objetivos na região: fazer a manutenção das suas zonas de influência e assegurar a defesa de seus interesses nacionais.

2 HEGEMONIA: AS DINÂMICAS DE PODER E INFLUÊNCIA

Há uma grande variedade de interpretações sobre o poder americano que refletem as dificuldades para explicá-lo dentro das teorias próprias das relações internacionais. Além disso, não há consenso entre os autores sobre o conceito de hegemonia e a forma pela qual ela é discutida dentro das diferentes perspectivas teóricas. Ainda assim, compreender hegemonia é fundamental para compreender o exercício do poder norte-americano e as diferentes formas de

manutenção desse poder. No campo das relações internacionais, o conceito de hegemonia é abordado em pelo menos três perspectivas teóricas distintas, sendo elas, a Teoria da Estabilidade Hegemônica, da década de 1970, de Robert Gilpin e Charles Kindleberger; as teorias do Sistema-Mundo de Immanuel Wallerstein e a dos Ciclos Hegemônicos de Giovanni Arrighi; e os estudos recentes dos neogramscinianos, como Robert Cox e Stephen Gill. No entanto, para compreender a evolução e condução da hegemonia dos Estados Unidos, o presente artigo se concentrará nos conceitos econômicos de Immanuel Wallerstein e de Giovanni Arrighi, fundamentado nos estudos de Gramsci, e a análise histórica de Cristina Soreanu Pecequillo sobre os Estados Unidos, o artigo menciona, também, Joseph Nye Jr e os conceitos de *hard power* e *soft power*.

É fundamental entender também que o exercício de poder nas relações internacionais durante o século XX e XXI se diferencia significativamente das formas de dominação anteriores, como por exemplo, a forma pela qual a Grã-Bretanha conduziu e impôs sua dominância durante o século XIX (PEREIRA, 2011). Os séculos XX e XXI compreendem uma diversidade maior de atores estatais no sistema internacional, como também, compreendem o aumento expressivo da participação de atores não estatais. Nesse sentido, acredita-se que o desenvolvimento dos atores não estatais contribuiu para que os Estados Unidos executassem uma modalidade característica de hegemonia e imperialismo, não no sentido de dominação territorial, mas de um “império de funções”, onde as empresas multinacionais ocuparam o papel dos exércitos e realizaram a dominação econômica – sem o recurso de anexação do território e da população (VILLA *apud* PEREIRA, 1999, p 57). Os Estados Unidos, assim como a Europa ocidental e o Japão, construíram uma ordem internacional baseada nas instituições econômicas e políticas, fundamentadas na capacidade de liderar e formar um consenso, ainda que mínimo, no sistema internacional (PEREIRA, 2011).

Diante disso, reporta-se ao conceito gramsciano de hegemonia, e a sua importância para as relações internacionais, que serviu de base para os estudos de outros autores, como Giovanni Arrighi. A premissa teórica de Gramsci se baseia na capacidade de liderança de uma parcela de classes em relação às demais, e quando aplicado às relações internacionais, a hegemonia implica na capacidade de liderança de um Estado sobre os outros através consenso e a não utilização da força para atingir a efetivação do poder (PEREIRA, 2011). Arrighi (2007), conforme pontuado, recorre aos conceitos de Gramsci em sua teoria, mas se concentra nas relações entre Estados e busca estabelecer historicamente as relações de hegemonia. Assim, classifica e divide os períodos em três ciclos hegemônicos ao longo da história, sendo eles: 1- ciclo hegemônico das cidades-Estados italianas, século XV até o final do século XVI; 2- ciclo hegemônico das

Províncias Unidas, atual Holanda, de 1648 a 1713, sendo também a primeira potência hegemônica do Sistema-Mundo (PEREIRA e SARDO, 2022); e 3- ciclo hegemônico britânico que durou até o início do século XX. O quarto e atual ciclo hegemônico seria, então, dos Estados Unidos, segundo Garcia (2023).

Arrighi entende que o conceito de hegemonia mundial implica no poder de um Estado desempenhar “funções de liderança e governo sobre um sistema de nações soberanas” (ARRIGHI, 2007, p. 227). Sendo assim, o poder mencionado por Arrighi é maior do que a dominação pura simples de um Estado sobre o outro, é um poder associado à dominação e ampliado pelo exercício da liderança moral e intelectual, e infere a capacidade de um Estado de coagir conscientemente um outro Estado. A consciência no sistema internacional, para Arrighi, compreende a capacidade de um Estado em se apresentar como o representante do interesse geral através da construção de um consenso em torno de interesses compartilhados pelos demais Estados pertencentes ao sistema (GARCIA, 2010).

Complementando, em partes, a teoria de Arrighi, Joseph Nye Jr. apresenta a análise da hegemonia dos Estados Unidos sob uma perspectiva de globalização e também aborda a capacidade de um Estado construir um consenso em torno de seus interesses. Assim, Nye Jr. parte de uma definição do que é o poder, compreendendo-o como “a capacidade de obter resultados desejados e, se necessário, mudar o comportamento dos outros para obtê-los” (NYE JR., 2002, p. 30). E acredita que a posição de liderança mundial só pode ser exercida pela junção do *hard power* (poder bruto), retratado pela força econômica e militar, com o *soft power* (poder brando), caracterizado pela capacidade de fazer outros países cooperarem através do diálogo e negociação, onde a formação da vontade de cooperação ocorre através da utilização da ideologia e da cultura (AQUINO, 2011). No entanto, a utilização do *hard power* de forma constante e em larga escala pode causar revolta, ao invés de despertar o sentimento de cooperação e, portanto, a liderança é exercida principalmente através do *soft power*. Os Estados Unidos, por exemplo, possuem uma capacidade de *soft power* equiparável a de seu *hard power*, tendo em vista a influência que possui no sistema internacional por meio do cinema e outras produções de televisão, jornais e música (AQUINO, 2011). Para Nye Jr. “a universalidade da cultura de um país e sua capacidade de estabelecer um conjunto de normas e instituições favoráveis que governem setores da atividade internacional são fontes decisivas de poder” (NYE JR., 2002, p. 39).

Os demais autores, Immanuel Wallerstein e Cristina Soeranu Pecequilo, abordam a hegemonia sob perspectivas distintas e destacam elementos diferentes sobre a dominação norte-americana. Immanuel Wallerstein, então, analisou o poder no contexto do Sistema-Mundo,

termo utilizado por ele para explicar o sistema internacional a partir da integração de elementos políticos e econômicos, onde esses elementos estão alinhados à lógica de acumulo de capital, e o nível de acumulo de capital de uma nação determina o papel desempenhado por ela no sistema internacional (PEREIRA, 2011). Nesse sentido, Wallerstein definiu hegemonia, no sistema interestatal, como a situação em que a disputa permanente entre as grandes potências atingiu um nível tão alto de desequilíbrio que uma potência pode impor sobre as demais suas próprias regras nos campos econômicos, militares, culturais e políticos, ou seja, uma espécie de dominação ou supremacia (SILVER e PAYNE, 2020). No que se referente aos Estados Unidos, Wallerstein associa o desenvolvimento do poder americano ao funcionamento da economia capitalista, e retoma o século XIX como o período histórico em que a hegemonia norte-americana começou a se formar – a partir do enfraquecimento gradual da Inglaterra.

Assim, Wallerstein entendeu que desde o declínio britânico, o status de potência hegemônica passou a ser disputado pela Alemanha e Estados Unidos e que as duas guerras mundiais foram, na verdade, disputas entre alemães e americanos para definir a próxima potência hegemônica do Sistema-Mundo. Os Estados Unidos, então, assumem o status de hegemonia mundial após o fim da Segunda Guerra Mundial, considerando que foram a única potência industrial intacta (SILVER e PAYNE, 2020). Sendo assim, Wallerstein compreende o período de 1945 a 1967 como o ápice da hegemonia norte-americana no Sistema-Mundo, pois foi o período em que ocorreu maior expansão de suas riquezas. Ou seja, dentro da perspectiva do Sistema-Mundo, os fatores econômicos foram determinantes para que os Estados Unidos emergissem como hegemonia e só foi possível devido a sua posição econômica privilegiada no sistema capitalista (PEREIRA, 2011).

Já Pecequillo faz sua análise a partir de uma leitura histórica da política externa dos Estados Unidos, e caracteriza essa política por períodos de continuidades e mudanças. A análise de Pecequillo parte da formação dos Estados Unidos como nação e observa elementos que foram preservados ao longo dos anos e como esses elementos que “se articulam, também, com preocupações de natureza econômica” são capazes de orientar e conduzir as ações externas dos Estados Unidos (PEREIRA, 2011). Outra particularidade observada é que o tradicional posicionamento unilateralista e isolacionista norte-americano, vivenciado anteriormente, foi substituído por um perfil mais ativista e universalista, pois somente assim conseguiriam conquistar seus objetivos na construção de uma ordem hegemônica (PECEQUILLO, 2003, p. 239). Sendo assim, a construção dessa ordem era baseada na tentativa de consolidação de uma liderança internacional por meio do ordenamento de um maior engajamento internacional em prol de um interesse (NASCIMENTO, 2009).

Para Pecequilo, a expansão de hegemonia dos Estados Unidos dependia de um sistema internacional estável, assim, políticas e economias abertas favoreceriam para que houvesse maior cooperação e se criassem laços de interdependência entre os Estados, tornando o ambiente mais favorável às negociações e evitando conflitos (NASCIMENTO, 2009). Os Estados Unidos utilizaram diferentes recursos políticos, econômicos, diplomáticos e estratégicos para aumentar e fazer a manutenção de seu controle e domínio sobre o sistema internacional, buscando a hegemonia desde a abertura das portas políticas e econômicas, até a definição do papel dos norte-americanos de liderar o mundo em direção à estabilidade e à prosperidade, segundo Pecequilo:

Idealística e pragmaticamente, os norte-americanos dedicam-se a exercer sua hegemonia no sistema, sustentando seu poder por uma combinação de recursos e valores, fornecendo a seu domínio um caráter peculiar: um império liberal que domina informalmente e relativamente constrangido, tendo sua liderança respeitada não somente pela força, mas pelos seus atrativos. (PECEQUILO, 2003, p. 239).

Assim, os Estados Unidos, utilizaram recursos de *soft power* para influenciar indiretamente os interesses ou comportamentos das outras nações, através, principalmente, da determinação de sua ideologia sobre as demais, mas também utilizando os meios culturais. Para Pecequilo:

O estilo norte-americano de liderança, caracterizado pela dupla hegemonia liberal/parceria, permitiu que os Estados Unidos não somente construíssem, como sustentassem com o apoio dos seus aliados, a ordem internacional democrática, capitalista e institucionalizada e de caráter cooperativo, identificada como objetivo de sua estratégia. Basicamente, a promoção da ordem era encarada como a melhor forma de garantir a perseguição dos interesses norte-americanos no sistema e ampliar o bem-estar. (PECEQUILO, 2003, P. 240)

Assim, segundo Nascimento (2009), os Estados Unidos conseguiam defender seus próprios interesses no sistema internacional, ao mesmo tempo que serviam às demais nações estabilidade e segurança. Mesmo que as potências não estivessem totalmente satisfeitas com a subordinação, consideravam a estabilidade a sua “própria recompensa”, pois evitaria o pior. Os poderes dos Estados Unidos se manteriam grandes se eles promovessem seus interesses através dos outros, e enquanto a ordem internacional estabelecida fosse capaz de promover os interesses tanto das lideranças, quanto dos liderados, não existiria a possibilidade de ser contestada (NASCIMENTO, 2009).

A partir da análise dos teóricos e dos conceitos de hegemonia, compreende-se com maior clareza os recursos utilizados pelos Estados Unidos para atingir a sua hegemonia e como os fatos contribuíram para a efetivação do poder. Nesse sentido, a seção seguinte abordará a evolução da hegemonia dos Estados Unidos, observando brevemente como essa hegemonia se

consolidou no sistema internacional e, posteriormente, explorando a evolução e efetivação da hegemonia norte-americana na América Latina.

3 EVOLUÇÃO DA HEGEMONIA DOS ESTADOS UNIDOS NA AMÉRICA LATINA

A evolução da hegemonia dos Estados Unidos no mundo e na América Latina ocorreram de formas distintas. No contexto mundial, pode-se, então, dividir a evolução da hegemonia estadunidense em três períodos, conforme efetuou Pecequilo: da conquista da independência estadunidense, em 1776, até o final da Segunda Guerra Mundial, o período da Guerra Fria, de 1947 a 1989, e o período pós-Guerra Fria, de 1989 a 1999 (MASCHIETTO, 2008). Assim, Pecequilo (2003) observou em seus estudos que sempre houve o sentimento de unicidade desde o surgimento dos Estados Unidos enquanto nação independente, pautando suas ações na liberdade e na busca pela defesa de seus interesses próprios. Em um primeiro momento, os Estados Unidos utilizaram a política externa como instrumento de apoio à política interna e, posteriormente, começaram a se engajar mais no sistema internacional, almejando um status de superpotência – principalmente após a crise de superprodução, obrigando os Estados Unidos a buscar novos mercados no meio internacional, iniciando, então, a política de portas abertas (MASCHIETTO, 2008).

Além disso, as duas guerras mundiais desempenharam um papel fundamental na ascensão dos Estados Unidos como hegemonia, mas principalmente a Segunda Guerra Mundial e o medo da emergência de um sistema contrário aos interesses econômicos e políticos norte-americanos. A ameaça aos interesses dos EUA fez com que, de maneira afirmativa, Roosevelt declarasse a entrada dos Estados Unidos na Segunda Guerra Mundial. E ao final da guerra, os americanos se beneficiaram de dois fatores centrais que contribuíram para a sua efetivação como potência hegemônica: o conflito não ocorreu em território americano e os Estados Unidos foram a única potência diretamente envolvida no conflito que não teve a sua capacidade produtiva afetada (TULCHIN, 2016). Somado a isso, os Estados Unidos criaram instituições governamentais que permitiam o alcance de uma ordem mundial relativamente estável e favorável à defesa de seus interesses, entre as principais organizações criadas: Organização das Nações Unidas (ONU), Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial, e a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) (TULCHIN, 2016). Desse modo, os Estados Unidos utilizavam os elementos geopolíticos e econômicos a seu favor e conduziam suas ações sob um raciocínio global de hegemonia, utilizando a sua capacidade comercial e militar como

parâmetro para medir a sua força no sistema internacional, procurando constantemente identificar pontos e mercados estratégicos fora da América (TULCHIN, 2016).

Já no contexto da hegemonia dos Estados Unidos na América Latina, a ascensão dos Estados Unidos ocorreu de forma gradual e impositiva, frente às manifestações de oposição e as intervenções diretas no continente. Conforme evidencia o livro “América Latina x Estados Unidos: uma relação turbulenta” de Joseph S. Tulchin^{II}, utilizado para descrever historicamente a evolução dos Estados Unidos na América Latina na presente seção, as intervenções nas potências latinas foram observadas com mais frequência após a guerra entre Espanha e Estados Unidos no contexto da insurgência em Cuba, e no processo de independência do Panamá, e se intensificaram durante as décadas de 1960 e 1970 (TULCHIN, 2016, p. 32 a 34)

Diante das intervenções nos processos de independência, houveram diversas manifestações contrárias à tentativa estadunidense de impor sua hegemonia na América Latina, mas, também, não houve nenhuma oposição estratégica. Além de Hipólito Yrigoyen – presidente da Argentina de 1916 a 1922 e de 1928 a 1930 – poucos líderes latinos se manifestaram contra os Estados Unidos. Yrigoyen, no entanto, demonstrava a partir de sua política externa moralista, chamada de *principismo*, a sua oposição aos Estados Unidos e demonstrou solidariedade a outras nações latinas diante das ações imperialistas norte-americanas, como a perseguição de Pancho Villa, no México, e quando moveu um navio de guerra à Nicarágua para auxiliar na busca pelo corpo Rubén Darío – um poeta e crítico do imperialismo norte-americano (TULCHIN, 2016, p 33).

No entanto, a imposição da hegemonia dos Estados Unidos na América latina foi um processo gradual e inevitável, tendo em vista que após a Guerra Hispano-Americana, os Estados Unidos já tinham conquistado o controle dos canais de Windward e Mona, dois importantes pontos de acesso à Bacia do Caribe, principal região de intervenção norte-americana ao longo do século XX. Além disso, o apoio ao processo de independência do Panamá fez parte de um plano americano visando projetar a sua força tanto para o Oceano Atlântico, quanto para o Pacífico, mas só poderia ser conquistado com a construção do Canal do Panamá, porém, havia o pensamento de que enquanto o Panamá ainda fosse dependente da Colômbia o canal não poderia ser construído, tendo em vista a lentidão do processo de decisão e autorização do poder Legislativo colombiano. Assim, os Estados Unidos promoveram e apoiaram as ações independentistas no Panamá visando a expansão de seu poder hegemônico (TULCHIN, 2016, p. 34 a 37).

^{II} Joseph S. Tulchin, PhD em história pela Universidade de Harvard e especializado em história da América Latina, especialmente da Argentina.

No entanto, ainda havia resíduos de intervenção europeia na América Latina, através do empréstimo de capital europeu para as nações latinas, o que desagradava os Estados Unidos e seus interesses econômicos. Diante disso, pelo menos dois episódios de possíveis intervenções militares europeias ocorreram na América, na Venezuela e na República Dominicana, sendo os dois relacionados à cobrança de dívidas através da utilização da “diplomacia das canhoelras” – onde as potências imperialistas intimidavam as potências menores, e devedoras, através demonstração do poder militar, por meio de intervenções utilizando navios de guerra de pequeno e médio porte, sem recorrer à declaração formal de guerra (BONAFÉ, s.d). Nesse sentido, a ameaça aos interesses hegemônicos dos Estados Unidos no ocidente trouxe alguns “*benefícios*” de curto prazo à América Latina, pois se extinguiu a intimidação da diplomacia europeia das canhoelras (TULCHIN, 2016, p.37 a 43),

Já o período durante e pós Segunda Guerra Mundial representa o início das intervenções norte-americanas mais ativas no hemisfério sul do continente americano, principalmente após a movimentação para que os países se envolvessem na guerra. As nações latinas eram apenas pequenos atores no sistema internacional e não tiveram grandes benefícios após a guerra, inclusive no que tange as relações das nações latinas com os Estados Unidos que também não foram beneficiadas pela guerra. O Chile e o Peru, como outras nações produtoras estratégicas de *commodities*, não tiveram uma compensação justa após o fim da guerra e foram seriamente enfraquecidas pelo conflito. Pode-se dizer que o Brasil foi, provavelmente, o país que mais se beneficiou com a guerra, devido aos acordos feitos por Vargas^{III} antes do início dos conflitos armados. A Argentina seguiu com a lógica opositora até o final dos conflitos e resistiu à pressão dos Estados Unidos de aderir à Guerra, os norte-americanos estavam, inclusive, decididos a punir a Argentina com a sua exclusão da ONU. As ações americanas despertaram nos países latinos o sentimento de união, a fim de persuadir os Estados Unidos para que nenhuma potência latina fosse excluída e convencê-los de que uma organização regional era fundamental. (TULCHIN, 2016, p. 44 a 50).

O início da disputa ideológica com a União Soviética, caracterizado pela Guerra Fria intensificou a atenção dos Estados Unidos para a América Latina, principalmente após as ameaças comunistas na região. Os Estados Unidos temiam a sua segurança no hemisfério e acreditavam que os cenários de instabilidade na América Latina os ameaçavam diretamente, pois tornaria o ambiente favorável à intervenção estrangeira na região. Nesse sentido, o avanço dos ideais comunistas foi o principal motivo de preocupação, e os acontecimentos na Bacia do

^{III} Vargas discutiu e promoveu acordos, tanto com os Estados Unidos, quanto com a Alemanha de cooperação econômica e militar.

Caribe durante a Guerra Fria foram decisivos para que os Estados Unidos consolidassem a lógica estratégica de sua hegemonia na região, compreendendo a persuasão e imposição de sua vontade nacional sobre as potências mais fracas, recorrendo-se a utilização da força como último recurso (TULCHIN, 2016, p. 55 a 60).

O anticomunismo se tornou o centro das discussões norte-americanas e, para Tulchin (2016, p. 56), o “cerne da ambição hegemônica, superando outros fatores como as questões preocupantes de governança democrática, do desenvolvimento econômico e daquilo que se consideravam os valores centrais que uniam as nações da comunidade hemisférica”. Os acontecimentos que levaram os Estados Unidos a adotar uma postura totalmente intervencionista na região começaram em 1945 com a eleição de Juan José Arévalo, na Guatemala, que destituiu Jorge Ubico e prometia reformas agrárias e proteção dos direitos da maioria indígena, e se intensificou após a Revolução Cubana que destituiu o ditador Fulgêncio Batista, em 1959, com o apoio soviético, enfatizando o caráter antiamericano da revolução e que, posteriormente, instaurou o regime socialista em Cuba. Assim, inicia-se uma série de intervenções por toda a América e apoios às ditaduras latinas, começando pelo Golpe de Estado na Nicarágua, em 1954, que destituiu o presidente eleito Jacob Árbenz, até a última ditadura latina a ser instaurada, em 1973, no Chile (TULCHIN, 2016, p. 55 a 73).

Percebe-se, então, que os processos de efetivação da hegemonia dos Estados Unidos no sistema internacional e na América Latina ocorreram de formas diferentes. Enquanto no restante do mundo os Estados Unidos se consolidaram como país hegemônico de maneira menos imperativa, decorrente de sua vantagem econômica relativa sobre as demais potências europeias e utilizando outros recursos de *soft power*, na América Latina a hegemonia estadunidense foi imposta, inclusive pela utilização da força bruta e pelas intervenções diretas e indiretas nas políticas domésticas dos países latinos. A seção seguinte apresentará a intervenção dos Estados Unidos na política brasileira da década de 1960 como parte de um plano de defesa de seus interesses hegemônicos.

3.1 Brasil e o Golpe de 1964: uma demonstração do intervencionismo dos Estados Unidos na defesa de seus próprios interesses

O fim da Segunda Guerra Mundial e o início da Guerra Fria representam uma transformação na dinâmica de poder no sistema internacional, com os Estados Unidos emergindo como potência hegemônica e o início da guerra ideológica que durou até o começo da década de 1990, onde as duas potências aliadas, cujos sistemas econômicos destoavam,

disputavam pela ampliação de suas zonas de influência através da adoção de seu sistema econômico. O período na América Latina também era de grande instabilidade política e com o crescimento dos governos de esquerda no continente o cenário de incertezas se agravou – principalmente após a Revolução Cubana e as ações peronistas na Argentina – e intensificou a preocupação dos Estados Unidos sobre a América Latina. O avanço do comunismo no continente, significava não somente a perda de influência nos países latinos, mas uma ameaça à segurança e aos interesses norte-americanos. Sendo assim, analisa-se o cenário no Brasil e as intervenções dos Estados Unidos que culminaram no Golpe Militar de 1964 com base no documentário “O dia que durou 21 anos^{IV}” (2013), dirigido por Camilo Tavares^V e produzido por Karla Ladeia, complementando o desenvolvimento da análise através da revisão bibliográfica de outros autores referenciados ao longo do texto.

No Brasil, o cenário de instabilidade se agravou com a renúncia repentina de Jânio Quadros, ao que acreditavam ser o primeiro passo de um autogolpe de Estado frustrado (WESTIN, 2021). João Goulart, que estava na China em busca de novos mercados para os produtos brasileiros, tornou-se presidente no dia 25 de agosto de 1961, após a renúncia de Jânio, mas foi impedido de voltar ao Brasil, e exercer a presidência pelo Marechal Odylio Denys que acreditava que João Goulart era inapropriado ao cargo de presidente, devido a seu passado político ligado às organizações sindicais. Os militares, no entanto, liberaram João Goulart para retornar ao Brasil e assumir a presidência após 14 dias de bloqueio e uma série de manifestações conduzidas por Brizola.

Nos Estados Unidos, John Kennedy, perante a sociedade americana de editores de jornais, no dia 20 de abril de 1961, em Washington D.C., discursou impondo o pensamento americano frente às ameaças comunistas no continente: “devo deixar claro que como presidente dos Estados Unidos estou determinado a garantir a sobrevivência e o sucesso do nosso sistema! Independentemente do que custar e independentemente do perigo” (ESTADOS UNIDOS. John F. Kennedy, 20 de abril de 1961). Quando João Goulart assumiu o poder, em agosto de 1961, Kennedy passou a olhar para o Brasil com mais atenção e rapidamente agiu, cuidadosamente,

^{IV} O documentário “O dia que durou 21 anos”, lançado em 2013, traz um levantamento dos fatos históricos, através da entrevista de historiadores e personalidades diretamente envolvidas nos acontecimentos de 1960 e da busca e recuperação de documentos e gravações – em vídeo e em áudio – das discussões acerca da intervenção no Brasil, visando inviabilizar qualquer possibilidade do avanço comunista no Brasil, após os Estados Unidos tornarem os registros público, em 2010. O documentário inclui entrevistas com o historiador brasileiro Carlos Fico, o ex deputado Plínio de Arruda Sampaio, os ex militares Newton Araújo de Oliveira e Cruz, e Jarbas Passarinho e a participação do jornalista, exilado durante a Ditadura e pai de Camilo Tavares, Flávio Tavares.

^V Camilo Tavares, diretor e roteirista brasileiro, nascido na Cidade do México, em 1971, filho do jornalista Flávio Tavares, exilado no México durante a Ditadura Militar. Camilo passou a infância na Argentina e se mudou para o Brasil em 1979 para morar no Rio de Janeiro. Camilo também passou um tempo nos Estados Unidos e na Inglaterra, dirigiu e roteirizou o documentário “O dia que Durou 21 anos.

nomeando Lincoln Gordon^{VI} ao cargo de embaixador no Brasil, com a intenção de frear qualquer avanço de governos esquerdistas no Brasil e, se necessário, conter João Goulart.

A desconfiança em Goulart só aumentou, especialmente em 1962, após os planos de Reforma Agrária, uma economia “verde e amarela” e dos discursos atacando o investimento estrangeiro que visasse apenas o seu próprio lucro, “em detrimento do interesse nacional ou às custas do empobrecimento do país” (ESTADOS UNIDOS, João Goulart, abril de 1962). Nesse contexto, Brizola desapropriou duas empresas americanas no Rio Grande do Sul – International Telephone & Telegraph (ITT) e American and Foreign Power Company (A&FP) –, as desapropriações foram interpretadas como uma ameaça aos interesses econômicos americanos. Assim, Gordon se apropriava dessas narrativas para reforçar que João Goulart era muito à esquerda e poderia agir como Perón na Argentina, tornando-se um ditador populista, e convenceu o Departamento de Estado americano de que João Goulart levaria o Brasil à um regime comunista e representava uma ameaça à “democracia liberal brasileira” e ao “mundo livre”. Conforme um trecho da carta enviada ao Departamento de Estado, recuperado pelo documentário, Gordon expôs: “as atitudes de Goulart representam uma ameaça ao mundo livre. Minha conclusão pessoal é que as recentes ações de Goulart e Brizola pela Reforma Agrária levarão o Brasil a um governo comunista similar ao de Fidel Castro em Cuba” (O dia que durou 21 anos). A administração de Kennedy já estava convencida de que não poderia aceitar o governo de Goulart e todas as ameaças que suas ações representavam à democracia liberal. Assim, Gordon, em telegrama ao Departamento de Estado expressa, no dia 3 de abril de 1962, conforme recuperado pelo documentário:

As atitudes de Goulart representam um perigo crescente. Se o Brasil se perder, não será uma outra Cuba, mas uma outra China no nosso hemisfério ocidental. Eu acredito que este é o momento para um convite oficial do governo dos Estados Unidos à Goulart, inclusive uma visita a Offut Air Force Base, em Nebraska (O dia que durou 21 anos).

Os Estados Unidos, em resposta ao desafio soviético, sobretudo à revolução cubana, já trabalhavam em um programa de investimentos, repleto de idealismos americanos, visando abranger todos os países da América Latina desde 1961. A Aliança para o Progresso foi elaborada com o objetivo de não ser mais um programa convencional de ajuda estrangeira, utilizando apenas os recursos tracionais, como dinheiro e materiais, mas um plano ambicioso que aspirava reformar as estruturas sociais, políticas e econômicas dos países latino-americanos

^{VI} Lincoln Gordon - diplomata e acadêmico americano, embaixador dos Estados Unidos no Brasil entre 1961 e 1966.

(RIBEIRO, 2006). Conforme diz Robert Bentley^{VII}, em entrevista para o documentário, as ações da Aliança para o Progresso abrangiam todas as áreas de atuação do governo – saúde, educação, infraestrutura, agricultura, segurança, etc. – e, somente no Brasil, o orçamento americano desviado para o programa ultrapassava dois milhões de dólares.

Os Estados Unidos não admitiriam sob qualquer hipótese um outro governo de cunho comunista ou socialista na América e combateriam independentemente da quantidade de força que fosse necessária. No entanto, a intromissão americana na vida política brasileira e nas eleições de 1962 se estende, ainda, para além dos programas de investimento da Aliança para o Progresso, compreendendo investimentos misteriosos da CIA às organizações políticas de cunho anticomunista fundadas por uma parcela de empresários conservadores brasileiros, o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) (RIBEIRO, 2006).

Ainda segundo Ribeiro (2006), Lincoln Gordon, em entrevista à revista Veja, declarou que a CIA gastou aproximadamente 5 milhões de dólares em investimentos aos programas propagandistas anticomunistas utilizados para articular e viabilizar o Golpe de 1964, além dos investimentos das indústrias privadas americanas ao IPES. As ações anticomunistas do IPES e IBAD envolviam a difusão de livros, panfletos, filmes e propagandas transmitidas em todos os lugares da época e posteriormente também se tornaram instrumentos de conspiração contra o governo de João Goulart. Conforme pontua Plínio^{VIII}, o IBAD financiava e comprava deputados para que se opusessem ao governo de Goulart e era utilizado como um “*cover-up*”, a fim de camuflar as reais intenções: financiar campanhas de desestabilização e enfraquecimento do governo João Goulart, com o propósito de impedir que ele elegeesse seu sucessor, ou até mesmo, ele próprio se mantivesse no poder.

O dinheiro do IBAD chegava ao Brasil através do Banco do Canadá e era distribuído aos demais candidatos por Ivan Hasslocher^{IX}, e conforme pontua Pastore (2012), os investimentos e agrupamentos da elite em torno da defesa dos interesses das classes conservadoras não se restringiam ao Brasil e diversos grupos similares ao IPES e IBAD existiam por toda a América Latina. No entanto, as ações no Brasil eram expressivas, levando o Brasil a ser o primeiro país de maior representação a sofrer intervenção dos Estados Unidos

^{VII} Robert Bentley foi assistente do embaixador Lincoln Gordon.

^{VIII} Plínio de Arruda Sampaio, ex deputado federal, foi relator da Reforma Agrária de João Goulart, de 1963 a 1964. Foi um dos cem primeiros deputados cassados pela Ditadura Militar.

^{IX} Ivan Hasslocher – fundador do IBAD, em 1959, e ex integralista e agente de ligação da CIA para o Brasil, Bolívia e Equador. Recebia fundos de empresários brasileiros e estrangeiros e redistribuía o dinheiro aos deputados para que fizessem oposição ao governo de João Goulart.

e, posteriormente, ter uma mudança em seu regime político apoiada pelo governo norte-americano.

Em 1963, em conversa gravada com Kennedy, transmitida pelo documentário, Lincoln Gordon sugere reduzir os poderes de João Goulart através da organização política e militar. Então, conforme pontua Peter Kornbluh^X, durante a administração de Kennedy, a CIA começou a expandir suas ações no Brasil, utilizando um de seus agentes mais especiais, estabelecido no Rio de Janeiro, general Vernon Walters, para ajudar a organizar a conspiração, através do levantamento de dados sobre os possíveis militares sucessores ao cargo de presidente do Brasil, e informar não somente ao exército americano, mas também ao Departamento de Estado e à Casa Branca, quem ele acreditava ser o candidato mais pró Estados Unidos: Castelo Branco.

Em 1964, o cenário de instabilidade se intensifica com as manifestações a favor das reformas de base, propostas por João Goulart, as quais foram interpretadas pelo exército brasileiro como uma provocação direta a eles. Para Gordon, as ações nacionalistas e as propostas de reforma de base ameaçaram, mais uma vez, os interesses econômicos dos Estados Unidos, tendo em vista que o Brasil declaradamente aceitaria investimentos comunistas, caso ofertados. Nesse sentido, segundo Ribeiro (2006), não há nenhum documento que mostre a participação dos Estados Unidos em coordenar ou apoiar, exclusivamente, a conspiração militar no Brasil até meados de março de 1964, embora o golpe estivesse sendo cuidadosamente monitorado por Washington e apoiado localmente por Lincoln Gordon e Vernon Walters, o intuito inicial era desestabilizar o governo de João Goulart e não promover um golpe de Estado, propriamente dito.

No dia 28 de março de 1964, Gordon enviou um novo telegrama ao Departamento de Estado americano expressando preocupação com os acontecimentos no Brasil:

Estamos tomando medidas complementares com nossos recursos disponíveis para ajudar a fortalecer as forças de resistência. Isso inclui o apoio secreto a comícios de rua pró-democráticos [...], a passagem discreta da mensagem de que o governo dos Estados Unidos está profundamente preocupado com os acontecimentos, e encorajar os sentimentos democrático e anticomunista no Congresso, nas forças armadas, nos grupos amigáveis de trabalhadores e estudentis, nas igrejas e empresas. Poderemos solicitar modestos fundos complementares para outros programas de ação secreta em um futuro próximo.

Acredito também que seria útil, sem entrar em detalhes, uma resposta em conferência de imprensa do Departamento de Estado ou Presidencial, indicando preocupação com os relatos de deterioração econômica e inquietação política no Brasil e a importância para o futuro do hemisfério que o Brasil, fiel às suas raízes democráticas e

^X Peter Kornbluh é um pesquisador e arquivista americano, analista sênior do Arquivo de Segurança Nacional e diretor do Projeto de Documentação do Chile e do Projeto de Documentação de Cuba. Dedicou-se há mais de 40 anos à pesquisa do papel dos Estados Unidos no golpe chileno de 1973 e, como diretor do Projeto de Documentação sobre o Chile no Arquivo de Segurança Nacional da Universidade George Washington, foi um dos responsáveis por pressionar os diferentes governos estadunidenses a desclassificarem os documentos da época.

constitucionais, continuará o seu progresso econômico e social sob uma democracia representativa. Recomendamos tal declaração nos próximos dias. (RIO DE JANEIRO, Lincoln Gordo, 1964).

Após retornar de Washington ^{XI}, Gordon tomou conhecimento do nível de organização alcançado pelas forças conspiratórias e decidiu apoiá-los sob a perspectiva de uma oportunidade para mudar o rumo da política do Brasil e alinhá-la aos interesses nacionais norte-americanos. Diante disso, Gordon pediu o apoio de uma força-tarefa naval, conhecida como Brother Sam, visando fornecer armamentos e combustível necessários para uma possível resistência das forças presidenciais (RIBEIRO, 2006). O Golpe Militar, então, foi posto em prática, com o apoio dos Estados Unidos, na madrugada do dia 31 de março para o dia 1º de abril de 1964 e, sem a resistência de João Goulart, foi executado e bem sucedido sem a necessidade da intervenção militar americana direta. As autoridades de Washington reconheceram a legitimidade do novo governo golpista em menos de 12 horas após a deposição de João Goulart, demonstrando que a destituição do antigo governo estava alinhada com os interesses norte-americanos e que mesmo as ações mais violentas praticadas pelos militares seriam aceitas em prol da *“liberdade e democracia”*, assim, iniciando vinte e um anos de repressões e brutalidades.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo procurou revisar parte das literaturas e compreensões disponíveis sobre o conceito de hegemonia, verificando nas diferentes conjunturas, econômica, moral e histórica, as diversas formas de aplicação desses conceitos. No que tange a hegemonia dos Estados Unidos, compreendeu-se a partir das análises construídas nesse artigo que tanto os conceitos econômicos, quando os morais e políticos são devidamente observados na realidade norte-americana, bem como as diferentes formas de aplicação dessas teorias.

Ao pensar nas perspectivas econômicas e como os Estados Unidos construíram e conduziram a sua economia nacional, desde a conquista da independência, consolidando-se como uma potência próspera economicamente, através do desenvolvimento tecnológico e bélico, percebe-se os conceitos de Wallerstein da lógica capitalista de acumulo de capital do Sistema-Mundo. Os Estados Unidos são vistos como a representação do mundo capitalista e

^{XI} O embaixador Lincoln Gordon viajou a Washington para conversar com o Secretário de Estado, Dean Rusk, o coordenador do programa Aliança para o Progresso, Thomas Mann e o Secretário de Defesa dos Estados Unidos, Robert McNamara, sobre a gravidade da situação no Brasil e como acreditava ser importante uma intervenção dos Estados Unidos.

das lógicas de acúmulo de capital, e projetam seus interesses econômicos sobre as nações do globo, perpetuando a dialética capitalista, sempre em busca da defesa de seus interesses e relações que gerem ganhos. O final da Segunda Guerra mundial representa um marco na história e evidencia a discrepância de poder econômico entre os Estados Unidos e as potências europeias, até então, hegemônicas, onde quase nenhuma potência seria equiparável ao seu poder econômico.

Além disso, os Estados Unidos conseguiram, a partir da emergência como potência hegemônica, projetar suas ideologias sobre as demais potências através da utilização de diferentes recursos de coerção e persuasão. A combinação de *hard power* e *soft power* fez com que diversas potências latinas seguissem as ideologias norte-americanas, ora pelo convencimento ideológico, e quando as ideologias não eram mais suficientes, através da utilização da força militar. Uma representação da concepção de Nye Jr. de buscar a obtenção dos resultados desejados mudando o comportamento dos outros, quando necessário. Observa-se ao longo do artigo, portanto, a forma pela qual os Estados Unidos se apresentavam como o representante dos interesses gerais, construindo uma sintonia em torno das ideologias que atingiam a intervenção, mas eram aceitas, pois a segurança de que os “interesses coletivos” estão sendo representados gera estabilidade e o sentimento de segurança para as nações “dominadas”. As contribuições de Arrighi sobre o conceito de hegemonia retomam, também, a noção de liderança – moral e intelectual – impositiva através da coerção consciente de um Estado sobre os demais, apresentando-se como o representante dos interesses e criando um consenso em torno dessa narrativa.

No caso brasileiro, os Estados Unidos se manifestavam como o defensor das ideias liberais e democráticas na defesa pelos seus interesses econômicos e assegurando a determinação de seu modelo político e moral, afastando qualquer possibilidade de um governo contrário, principalmente de esquerda, de ascender e se manter no poder. Nesse sentido, os estudos de Pecequillo e a visão histórica da evolução da hegemonia norte-americana, contribuem para a compreensão da formação do pensamento americano e da visão liberal de democracia que está atrelada à essência dos Estados Unidos desde a conquista de sua independência, mas que antes era dirigida mais ao ambiente doméstico e posteriormente foi projetada para as demais nações do globo, compreendida também como uma estratégia de manutenção de poder, ligado à defesa dos interesses morais, econômicos e à segurança.

Observa-se, portanto, no caso brasileiro entre os anos de 1961 e 1964 que os Estados Unidos conseguiram assegurar a defesa tanto dos seus interesses econômicos, quanto ideológicos através da intervenção que culminou no Golpe Militar e, conseqüentemente, da

manutenção da segurança norte-americana no continente, visto que as ações estadunidenses repeliram a atuação da União Soviética em parte dos países latinos. A intervenção, no Brasil, ocorreu de forma discreta, através de investimentos e propagandas, mas com o objetivo de alcançar a desestabilização e destituição do governo que promovia o desenvolvimento nacional. A economia “verde e amarela” promovida por João Goulart ameaça os interesses econômicos americanos e era vista como “à esquerda” e mais alinhada com os ideais soviéticos, chocando-se com os pensamentos norte-americanos de democracia liberal capitalista e, por isso, pela lógica estadunidense precisava ser combatido. Conforme pontuado ao longo do texto, os Estados Unidos previam uma intervenção indireta, mas caso necessário, o uso da força seria empregado, tendo em vista que não tolerariam a ascensão de qualquer movimento comunista. Sendo assim, para não perder sua zona de influência e não ter seus interesses econômicos e de segurança ameaçados, apoiaram, em nome da “democracia”, o Golpe de 1964, que durou vinte e um anos de repressões.

REFERÊNCIAS

- AL ASSAR, Ragda Ahmad Salah. **Nação, democracia e desenvolvimento no ambiente intelectual dos anos 60**. Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <https://www.puc-rio.br/ensinopesq/ccpg/pibic/relatorio_resumo2008/relatorios/ccs/his/his_ragda_ahma_salah_al_aassar.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2023.
- ALMEIDA, José Rubens Mascarenhas de. **Hegemonia estadunidense: ascensão ou declínio?** São Paulo, 2010. Disponível em: <<https://www4.pucsp.br/neils/downloads/07-Jos%20E9%20Rubens%20Mascarenhas%20de%20Almeida.pdf>>. Acesso em: 15 nov. 2023.
- AQUINO, Maria das Graças Almeida de. **O paradoxo do poder dos Estados Unidos após o 11 de setembro de 2001**. João Pessoa, 2011. Disponível em: <<https://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/bitstream/123456789/3024/1/PDF%20-%20Maria%20das%20Gra%C3%A7as%20Almeida%20de%20Aquino.pdf>>. Acesso em: 14 nov. 2023.
- BRASIL. Câmara dos Deputados. Plínio de Arruda Sampaio. [Brasília]: Câmara dos Deputados. S.D. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/deputados/139342/biografia>>. Acesso em: 17 nov. 2023.
- BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Discursos selecionados do presidente João Goulart**. [Brasília]: Ministério das Relações Exteriores, 2010. Disponível em: <https://funag.gov.br/loja/download/641-Discursos_joao_goulart.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2023.
- BRIDI, Ana Paula. **A influência dos Estados Unidos da América no Golpe Militar do Brasil de 1964**. Bauru, 2015. Disponível em: <https://unisagrado.edu.br/uploads/2008/anais/reasons_week_2015/trabalhos_2015/001-007-Ana_Paula_Bridi.pdf>. Acesso em: 14 nov. 2023.
- BONAFÉ, Luigi. **Diplomacia das Canhoeriras**. S.D, FGV CPDOC. Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/DIPLOMACIA%20DAS%20CANHONEIRAS.pdf>>. Acesso em: 17 nov. 2023.
- Editora Contexto**. Joseph S. Tulchin. S.D. Disponível em: <<https://www.editoracontexto.com.br/categoria/autores/j2/joseph-s-tulchin>>. Acesso em: 19 nov. 2023.
- Foreign relations of the United States, 1964-1968, volume XXXI, South and Central America; Mexico. Office of the Historian. S.D. Disponível em: <<https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1964-68v31/d187>>. Acesso em: 14 nov. 2023.
- GARCIA, Ana Saggiaro. Hegemonia e Imperialismo: caracterização da ordem mundial capitalista após a Segunda Guerra Mundial. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 32, n. 1, p. 155-177, jan./jun. 2010. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-85292010000100005>>. Acesso em: 8 out. 2023.
- Guia das Artes**. Camilo Tavares. S.D, Brasil. Disponível em: <<https://www.guiadasartes.com.br/camilo-eduardo-tavares/biografia>>. Acesso em: 17 nov. 2023.
- HENRIQUE, Heitor Esperança. As relações internacionais entre Brasil e Estados Unidos na Segunda Guerra Mundial. **Revista Eletrônica Discente História.com**, Cachoeira, v. 5, n. 10, p. 03-23, 2018. Disponível em: <<file:///C:/Users/Lenovo/Downloads/geferson01,+1+--+941+--+Diagramado.pdf>>. Acesso em: 19 nov. 2023.
- Instituto Humanitas Unisinos, **“O que os Estados Unidos fizeram no Chile é criminoso”**. **Entrevista com Peter Kornbluh**. São Leopoldo, 2023. Disponível em: <<https://www.ihu.unisinos.br/categorias/632240-o-que-os-estados-unidos-fizeram-no-chile-e-criminoso-entrevista-com-peter-kornbluh>>. Acesso em: 17 nov. 2023.
- JOHN F. KENNEDY SPEECHES**. JFK Library, S.D. Disponível em: <<https://www.jfklibrary.org/archives/other-resources/john-f-kennedy-speeches/american-society-of-newspaper-editors-19610420>>. Acesso em: 02 nov. 2023.
- PASTORE, Bruna. Complexo IPES/IBAD, 44 anos depois: Instituto Millenium? **Aurora**, Marília, v. 5, n.2, p.57-80, jan./jun. 2012. Disponível em: <<http://doi.org/10.36311/1982-8004.2012.v5n2.2351>>. Acesso em: 01 nov. 2023.

MASCHIETTO, R. H. 2003. Resenha de “A política externa dos Estados Unidos”, de Cristina Soreanu Pecequilo. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília, v. 46, n. 2, p. 195-198, jul./dez. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbpi/a/KXYBRRrzdsX967TdHHh39Xk/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 01 nov. 2023.

NASCIMENTO, Alisson Reis. Conselho de Segurança da ONU e a hegemonia estadunidense: reflexos da manutenção de uma ordem mundial unipolar no pós-guerra fria. **Universitas: Relações Internacionais**, Brasília, v. 7, n. 1, p. 71-98, jan./jun. 2009. Disponível em: <<https://doi.org/10.5102/uri.v7i1.936>>. Acesso em: 19 nov. 2023.

NYE JR., Joseph. **O paradoxo do poder americano: por que a única superpotência do mundo não pode prosseguir isolada**. 1ª. ed. São Paulo: UNESP, 2002.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. **A política externa dos Estados Unidos: continuidade ou mudança**. 2ª. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2011.

PEREIRA, Alessandro Eugenio. **Três perspectivas sobre a política externa dos Estados Unidos: poder, dominação e hegemonia**. Curitiba, 2016. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-44782011000200016>>. Acesso em: 16 set. 2023.

PEREIRA, Analúcia Danielevicz e SARDO, Igor Estima. Os ciclos hegemônicos de acumulação na obra de Giovanni Arrighi: a crise de 2008, o fim da hegemonia norte-americana e a posição da China. **Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais**, v. 11, n 21, p. 9-40, jan./jun. 2022. Disponível em: <[file:///C:/Users/Lenovo/Downloads/pvizentini,+AUSTRAL+V.11+N.21+OS+CICLOS+SIST%C3%8AMICOS+DE+ACUMULA%C3%87%C3%83O+NA+OBRA+DE+GIOVANNI+ARRIGHI+\(PT\).pdf](file:///C:/Users/Lenovo/Downloads/pvizentini,+AUSTRAL+V.11+N.21+OS+CICLOS+SIST%C3%8AMICOS+DE+ACUMULA%C3%87%C3%83O+NA+OBRA+DE+GIOVANNI+ARRIGHI+(PT).pdf)>. Acesso em: 14 nov. 2023.

RIBEIRO, Ricardo Allagio. **A Aliança para o progresso e as relações Brasil – Estados Unidos**. Campinas, 2006. Disponível em: <<https://doi.org/10.47749/T/UNICAMP.2006.394903>>. Acesso em: 01 nov. 2023.

SILVER, Beverly J. and PAYNE, Corey R. **Crisis of world hegemony and the speeding up of social history**. Ed. 1. Routledge, 2020. Acesso em: 12 nov. 2023.

STARLING, Heloisa. **Golpe Militar de 1964**. S.D, UFMG, Minas gerais. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/brasildoc/temas/1-golpe-militar-de-1964/>>. Acesso em: 19 nov. 2023.

TV BRASIL. O dia que durou 21 anos. S.D, Brasil. Disponível em: <<https://tvbrasil.ebc.com.br/odiaquedurou21anos/bastidores/o-dia-que-durou-21-anos-estreia-na-tv-brasil-0>>. Acesso em: 19 nov. 2023.

TULCHIN, Joseph S. **América Latina x Estados Unidos: uma relação turbulenta**. 1ª. Ed. São Paulo: Editora Contexto, 2016.

WESTIN, Ricardo. **Em 1961, Congresso aceitou renúncia e abortou o Golpe de Jânio Quadros**. Biblioteca do Senado, Brasil, 2021. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/ha-60-anos-congresso-aceitou-renuncia-e-abortou-golpe-de-janio-quadros>>. Acesso em 02 nov. 2023.

OLIVEIRA, Eduardo C. de. **Presidente Jango dá explicações na ONU 1962**. Youtube, 2008. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=UfgSNm2z3V0>>. Acesso em: 02 nov. 2023.